

## Seção 5

### Educação e ocupação profissional

*Luciano Gonçalves Bitencourt*

O termo **ocupação** designa um lugar nas estruturas representativas da divisão do trabalho. Um indivíduo ou um ramo de atividades, por exemplo, reconhece-se e é reconhecido em determinadas categorias hierarquizadas em função da importância ou das características de sua atividade. No campo econômico, os indivíduos que não se inserem em atividades por eles legitimadas são classificados como **não ocupados**. Ao publicar o Censo Demográfico de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerou **pessoa desocupada** a que estava sem trabalho no momento da pesquisa, ainda que disponível para o sistema produtivo.

Historicamente, as políticas de bem estar social mantidas pelo Estado foram demarcadas por esses critérios de seletividade. Ainda hoje, mesmo com a diminuição da presença estatal em investimentos dessa natureza, as políticas do gênero são criadas e avaliadas com base nessas referências. Bauman (2001) argumenta, contudo, que os não ocupados deixaram de ser entendidos como reserva de mão-de-obra. Sem capacidade para o consumo de bens e serviços, disponíveis cada vez em maior escala, e sem a presença do Estado para ampará-los com políticas públicas, os não ocupados passaram a ter mais dificuldade para se inserir nos processos de alocação aos lugares reconhecidos como ativos na economia.

No Brasil, tanto os órgãos administrativos quanto os responsáveis pela mensuração de dados estatísticos na esfera do trabalho adotam as concepções de ocupação consolidadas por critérios econômicos. Há uma tendência de internacionalização desses critérios para controle e registro de informações em escala mundial. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tem suas referências elaboradas em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seus critérios de hierarquia estão baseados na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO).

Em 2002, a codificação dos títulos das ocupações no mercado de trabalho brasileiro foi atualizada pela última vez. Os dados são utilizados para registros administrativos e análises estatísticas, como o Censo Demográfico do IBGE para subsídio de políticas públicas que reforcem ou amparem setores estratégicos da economia e oriundos de demandas sociais, além de serem usados para a organização de conteúdos para o credenciamento e qualificação da formação profissional. Nesse sentido, são referência também para as instituições de ensino.

Já o termo **profissão** depende de valores semânticos caracterizados em função das áreas de conhecimento e dos contextos linguístico e geográfico em que é usado. O termo ganha conotações específicas também em função das lutas políticas por legitimação de determinadas atividades em determinados períodos da história e que, de algum modo, também influenciam os sistemas classificatórios usados para hierarquizar as ocupações.

Estudos contemporâneos procuram valorizar os aspectos históricos e sociais que contextualizam as atividades legitimadas como **profissão**, como mera **ocupação** ou mesmo as que não são reconhecidas como **formais**. Essa abordagem é importante para o reconhecimento de que os critérios usados na divisão do trabalho são construídos socialmente. Portanto, o caráter mais ou menos científico de uma determinada atividade tende a não ser mais entendido como “natural”, com valor em si mesmo.

Podemos dizer que, no contexto das profissões, há um conhecimento formal que dá legitimidade às atividades. Há, também, um caráter científico dos conteúdos considerados necessários no processo de formação para o exercício dessas atividades que dá coerência aos sistemas classificatórios e suas bases hierárquicas de seletividade. Está justamente na **formalização dos processos formativos** credenciada pelos sistemas educacionais contemporâneos o reconhecimento do que é profissão e do que é ocupação.



Quando usamos o termo **ocupação profissional**, portanto, há uma tendência de que seja entendido pelo viés da formalização de atividades legitimadas na economia e credenciadas pela educação. Um diploma de médico, por exemplo, garante o exercício da atividade médica. Mas não é só isso. Ainda que haja exercícios profissionais inscritos numa tradição de longa data, que preservam técnicas e valores específicos como conhecimento indispensável ao campo de atuação, há também uma dinâmica social em que certas profissões ganham mais *status* do que outras, em que certas ocupações são reconhecidas e outras, não.

Nesta seção de estudo, vamos elencar algumas variáveis importantes para entendermos o cenário em que os debates sobre **educação e ocupação profissional** acontecem. Muitas dessas variáveis são aprofundadas em outros capítulos e seções desta Unidade de Aprendizagem. Aqui serão relacionadas como referência para as reflexões a respeito da globalização e das transformações ocorridas no mundo do trabalho; da educação na sociedade do conhecimento e o decorrente papel da universidade e do ensino superior nos processos de formação, seja para o trabalho seja para a cidadania.

## 5.1 Globalização e mundo do trabalho

A globalização tem sua caracterização firmada a partir da década de 80 do século passado, quando a economia e as relações políticas em escala mundial passaram por processos de reestruturação. Os estudos no campo das Ciências Sociais já relacionavam, contudo, as faces desse fenômeno, sobretudo pelo acelerado avanço das tecnologias de informação e comunicação, desde meados do século XX. Há teóricos que consideram a globalização uma construção ideológica para justificar decisões políticas que beneficiaram os mercados financeiros e diminuíram a soberania do Estado.

Relacionada ao mundo do trabalho, a globalização traz impactos significativos e que se refletem diretamente nos modos de organização dos sistemas produtivos. A indústria contemporânea caracteriza-se pela flexibilidade, tanto na acumulação das riquezas decorrentes da produção quanto nas relações de trabalho necessárias

para a efetivação do processo produtivo. Parte dessa característica é imputada aos avanços tecnológicos e à informatização de procedimentos nos fluxos de produção. Os bens industrializados aumentaram exponencialmente em quantidade com uma força de trabalho humana cada vez menos necessária.

Como decorrência, há uma forte migração dessa força de trabalho para a informalidade e para a prestação de serviços, em grande parte fruto da terceirização de mão de obra recorrente no setor industrial e da desestabilização dos vínculos empregatícios. No contexto da industrialização vivida intensamente no século XX e no limiar do século XXI, os bens e serviços passaram a ser mais valorizados pelo conhecimento neles embutido do que pelos fatores clássicos, quais sejam, terra, capital, trabalho, energia e matéria prima. A capacidade intelectual de lidar com a complexidade do processo produtivo exige da nova força de trabalho, portanto, constante atualização no exercício de suas ocupações.

Concomitantemente, as novas bases que estruturam as organizações do setor produtivo exigem qualificação técnica cada vez maior, sobretudo para os postos mais altos na cadeia organizacional, e entregam a ferramentas tecnológicas ou a terceiros grande parte dos processos intermediários de sua produção. Nas Ciências Sociais, as principais críticas ao processo de globalização do mundo do trabalho residem justamente nos índices de **desemprego**, não mais relacionados a circunstâncias político-econômicas de caráter regionalizado. Há uma redução estrutural dos postos de trabalho em escala global para atividades cujas habilidades envolvem menos complexidade, ao mesmo tempo em que a valorização de postos de trabalho mais elevados na cadeia produtiva oferece uma perspectiva muito menor de oportunidades.

Duas formas de organização dos processos produtivos ilustram os diferentes contextos do mundo do trabalho e demarcam o que os especialistas consideram paradigmas importantes na socioeconomia e na geopolítica, como veremos a seguir.

O **fordismo/taylorismo** caracteriza-se principalmente pela mecanização do trabalho voltada para a produção em massa. Centrado no rígido controle do processo produtivo para resultados em grande escala e na divisão do trabalho por especialidades, influenciou a produção industrial ao longo do século XX. A crise econômica dos anos 70 exigiu mudanças estruturais na organização dos processos produtivos.

Já o **toyotismo** caracteriza-se como uma resposta aos problemas decorrentes. Produtos para consumo rápido, feitos sob demanda, com uma estrutura de produção tecnologizada, flexível e aberta a ideias novas, de hierarquias mais horizontalizadas e mão de obra mais intelectualizada passaram a influenciar todo o complexo industrial.



O uso cada vez mais frequente de ferramentas teleinformatizadas, que permitem maior produtividade e evitam deslocamentos desnecessários para os centros de produção é um dos fatores de maior impacto na organização das forças produtivas. Estudos sobre o futuro do trabalho apontam para a tendência de que as organizações empresariais tornem-se modulares e articulem-se por projetos comuns, em redes de produção que vão depender cada vez menos do espaço físico. Neste sentido, há também uma forte tendência de que o **emprego** e tudo que nele está inscrito como garantia deixe de existir. Pode-se perceber que tais tendências estão alicerçadas em fenômenos já existentes, mas que ocorrem ainda em paralelo ao processo de industrialização clássico.

As formas de organização dos negócios na atualidade já ganham mais representatividade quando internacionalizam seus processos. Empresas de grande porte não são mais as que têm uma grande estrutura física e um grande contingente de empregados; são as que estão presentes em vários lugares do mundo e conseguem otimizar os lucros reduzindo os gastos com a força de trabalho e transferindo serviços não relacionados diretamente com suas metas de produção a terceiros. Os índices de **desemprego estrutural** têm impulsionado estratégias alternativas nas relações de produção e vêm paulatinamente desestabilizando as garantias trabalhistas.

Nesse cenário, os processos formativos com o propósito de qualificar o capital humano para o trabalho e, de certo modo, também adaptá-lo às tendências nas relações de produção ganham evidência. Santos (2003) avalia, contudo, que o investimento em formação não corresponde mais ao investimento num emprego específico, visto que trabalho e emprego já não têm uma correspondência direta.

Assim sendo, o mundo do trabalho e seus novos ideários impactam diretamente nas concepções de educação e nos valores socioculturais de formação. Como enfatiza Ribeiro (apud QUADROS, 2003), as carreiras profissionais tendem cada vez mais a fazer uma trajetória em diagonal; o que planejamos profissionalmente necessita de constante reposicionamento quanto às ocupações pretendidas. O planejamento para o trabalho está muito mais relacionado ao surgimento inusitado de oportunidades do que à construção de um futuro cujo destino esteja em nossas mãos. (BAUMAN, 2001).

## 5.2 Educação e sociedade do conhecimento

Com base no que vimos até aqui, pode-se dizer que o processo de globalização promoveu o expressivo avanço da ciência e da tecnologia ao mesmo tempo em que acentuou desigualdades. Os bens gerados por esse avanço tornam-se cada vez menos acessíveis e o acúmulo de riqueza fomenta o aumento da insegurança

em função de tensões sociais decorrentes. Pode-se dizer também que o principal fator de geração de riqueza e de poder na sociedade atual é o **conhecimento**, um bem intangível que ganha valor de mercado e está sujeito ao uso de propriedade privada.



Na **Sociedade do Conhecimento**, o qualitativo diz respeito à competição por referências sempre novas quanto aos processos de produção e quanto aos bens disponibilizados para consumo. O uso competitivo do conhecimento, que como vimos é também o principal fator da força de trabalho, tem promovido mudanças significativas nas relações de produção e a crescente necessidade de atualizá-lo em função de novos valores ou de novas técnicas pensadas para ou desenvolvidas no ambiente produtivo. Essa concepção está presente em todos os setores, incluindo o da educação.

Bernheim e Chauí (2008) sustentam que a pressão por maior produtividade, característica crescente no mundo do trabalho, é uma exigência também no setor educativo não só pelo fato de que os trabalhadores da área estão sujeitos às mesmas regras sustentadas pelos modelos econômicos vigentes, mas, e sobretudo, pelo fato de que as instituições educacionais ainda são referência quanto aos processos formativos para o mundo do trabalho e para a produção do conhecimento.

O debate no campo da educação, principalmente no ensino de nível superior, situa-se na discrepância entre as concepções de conhecimento estimuladas pelo capital financeiro e as estimuladas pelas instituições educacionais. No mercado financeiro, o conhecimento ganha obsolescência rapidamente, visto que os investimentos pedem inovação constante para otimizar o retorno do capital investido. Já nas instituições educacionais há a tendência de conservá-lo associado a preocupações mais universais de caráter formativo e cujos princípios dependem de fundamentos considerados mais sólidos e duradouros.

Não se pode, contudo, desconsiderar que a própria produção acadêmico-científica, a que fundamenta as concepções de conhecimento na atualidade, tem assumido valores oriundos do mercado financeiro. Para Bernheim e Chauí (2008), essa lógica de produção tem reduzido o tempo médio entre o surgimento de um conhecimento novo e sua aplicação técnica e tirado a autonomia dos processos acadêmico-científicos, justamente pela resposta quase que exclusiva aos investimentos de natureza privada.

Nesse sentido, houve o que se tem chamado de **explosão do conhecimento**, caracterizada pela multiplicidade de disciplinas hiperespecializadas. Mesmo as instituições educacionais têm priorizado o aumento de pesquisadores e de

publicações científicas sem mudanças significativas nos fundamentos quanto ao conhecimento produzido.

É no ambiente de incertezas e de crise constante que o uso competitivo do conhecimento ganha força e sentido. Instrumentalizado e de caráter tecnológico, o conhecimento como fonte de riqueza e de poder está também associado à ciência fragmentada em nichos de especialidade. Os teóricos das Ciências Humanas e Sociais que estudam o século XX são unânimes em reconhecer o descompasso entre os ganhos materiais produzidos pela inventividade humana e o bem estar de todas as formas de vida no planeta. A produção do conhecimento por fragmentos, por nichos de espacialidade, parece ter amenizado a avaliação dos impactos em escala global diante das decisões tomadas.

No contexto das incertezas quanto ao futuro e do caráter obsoleto dado ao conhecimento enquanto meio competitivo, o acesso aos sistemas educacionais ganhou força principalmente a partir da metade do século XX. Além de exigência econômica para dar conta dos postos de trabalho em constante transformação, o acesso à educação também emergiu como fator de democracia e de justiça social. Associada à produção do conhecimento, a educação ganhou valor estratégico para os mercados financeiros e para os países que têm no capital financeiro um aliado.

As políticas públicas de acesso ao sistema educacional estão hoje, via de regra, atreladas a orientações de organismos internacionais cujo objetivo é valorizar ações educativas que privilegiem o desenvolvimento econômico e o aumento da produtividade nos países. Os índices de mensuração quanto à qualidade no sistema educacional tendem a ser melhores justamente nos países mais industrializados e reconhecidos pela economia de mercado. Nesse aspecto, os projetos educacionais têm impactado em maiores proporções no ensino de nível superior, que, para acompanhar as transformações provocadas pela globalização, passaram a responder por várias funções de caráter formativo.

Segundo Santos (2003, p. 189), em

1987, o relatório da OCDE sobre as universidades atribuía a estas dez funções principais: educação geral pós-secundária; investigação; fornecimento de mão-de-obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismo de seleção para empregos de alto nível através da credencialização; mobilidade social para os filhos e filhas das famílias operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais (ex. igualdade de oportunidades para mulheres e minorias raciais); preparação para os papéis de liderança social (OCDE, 1987: 16 e ss.).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), que fundamenta todo o arcabouço legal na área, imputa ao ensino superior a finalidade de:

- a. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento – aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira – e colaborar na sua formação contínua;
- c. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- d. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- e. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g. promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Diante de tantos compromissos, a educação passa a ser valorizada não só pela representatividade quanto às perspectivas de desenvolvimento econômico para as nações, mas também quanto às possibilidades de ascensão social para os indivíduos credenciados no sistema educacional.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a diferença salarial no Brasil entre os que têm curso superior completo e os que não têm pode ser três vezes maior. A questão é que, segundo o Censo Demográfico de 2010, menos de 11% da população brasileira possui essas credenciais; e quase metade das pessoas com mais de 25 anos, portanto em idade de ter concluído um curso superior, não possui ensino fundamental completo.



### 5.3 Papel das universidades e da educação superior

A multiplicidade de funções imputadas à educação superior provocou também uma multiplicidade de instituições com características diferentes. O Brasil, por exemplo, reúne instituições universitárias (universidades e centros universitários) e não universitárias (faculdades e institutos superiores). Elas se diferenciam em razão da organização acadêmica e administrativa, da formação mais generalista e voltada para a produção do conhecimento ou específica, voltada para a qualificação das ocupações profissionais.

Mas, no contexto em que tratamos, outros tipos de instituição têm surgido com o compromisso de formar para o mundo do trabalho ou para demandas sociais específicas com o objetivo de suprir lacunas deixadas pelas instituições educacionais.

Em função de questões já tratadas neste capítulo, o processo educativo tem-se evidenciado como aspiração dos jovens e suas famílias. Novas estruturas de mercado têm diversificado condições de empregabilidade e exigido novos conteúdos na esfera do trabalho. Para acompanhar a dinâmica das relações de produção, crescem as oportunidades de educação continuada em diferentes níveis e modalidades. A disponibilidade de novas tecnologias tem contribuído para o crescimento da educação a distância e para a internacionalização dos processos formativos, gerando também mudança nos padrões de competitividade entre os países.

Moraes e Lopes Neto (2005) argumentam que, especialmente no Brasil, **educação e ocupação profissional** não estão sintonizadas quanto às qualificações referentes à formação para o mundo do trabalho e mesmo para a vida, visto que a esfera do trabalho é uma parte importante dos sonhos e projetos que nutrimos. Há um descompasso entre as qualificações requisitadas nos campos de atuação regulamentados e as qualificações adquiridas nos campos de saber institucionalizados, e uma concorrência entre os certificados oferecidos pelas diferentes instituições que os cancelam. Pode-se considerar que **certificados escolares** sancionam percursos em que o conhecimento ganha sentido cumulativo; **certificados pessoais** expressam capacidades que podem ser verificadas em situações de desempenho; e **certificados de conhecimento** abrem perspectivas para a continuidade nos estudos. Três dimensões departamentalizadas, como se fossem percursos distintos.

Nesse sentido, o descompasso entre as qualificações requisitadas e as adquiridas traduz-se numa espécie de escolha entre formação geral e formação profissional, sendo a formação geral muitas vezes interpretada como formação genérica, voltada para a polivalência das funções no mundo do trabalho. Há em processo uma revisão quanto às diretrizes educacionais que

deem conta de relacionar o desenvolvimento de competências que abarquem também “[...] dimensões culturais e cognitivas fundamentais à avaliação das potencialidades dos sujeitos.” (MORAES; LOPES NETO, 2005, p. 149). Fundamentos científico-tecnológicos e socioculturais são tão importantes quanto as habilidades técnicas e os conteúdos referentes ao trabalho, propõe o próprio Ministério da Educação brasileiro em seus documentos.

Como instituições sociais cuja característica é preservar o conhecimento enquanto patrimônio coletivo (BOTOMÉ, 1996), as universidades - um tipo de instituição educacional que cultiva e valoriza saberes mais universais associados aos processos formativos voltados para ocupações profissionais específicas – têm procurado assumir o papel de promover condições de possibilidade para que as responsabilidades individuais e coletivas por decisões a serem tomadas no presente sejam assumidas em relação ao futuro. Isso pede diferentes configurações em que estas instituições sociais sejam reconhecidas como “ponto privilegiado de encontro entre saberes”. (SANTOS, 2003, p. 224).

Na Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada pela UNESCO em 1998 em Paris, compôs-se uma declaração que assume a emergência de as instituições universitárias assumirem compromissos mais universais na Sociedade do Conhecimento. Aos desafios contemporâneos, surgem respostas inspiradoras quanto aos sistemas educacionais e seus modos de produção acadêmico-científica. Nelas estão aspectos que constituam processos formativos que busquem o desenvolvimento sociocultural e econômico, mas que protagonizem a construção de um futuro sustentável.

De acordo com Bernheim e Chauí (2008, p. 33), as ênfases quanto aos modelos educacionais e acadêmicos recaem sobre

[...] adoção do paradigma do aprender a aprender; a mudança da ênfase, na relação ensino-aprendizagem para os processos de aprendizagem; o novo papel dos docentes, face ao protagonismo dos discentes na construção do conhecimento significativo; a flexibilidade dos currículos e toda a moderna teoria curricular aplicada ao replanejamento dos planos de estudo; a promoção de maior flexibilidade nas estruturas acadêmicas; o sistema de créditos; a estreita inter-relação entre as funções básicas da universidade (docência, pesquisa, extensão e serviços); a redefinição de competências profissionais; a re-engenharia institucional e a gestão como componente normal da administração universitária; a autonomia universitária responsável; o processo de vinculação com a sociedade e com seus diferentes setores (produtivo, de trabalho, empresarial etc.).

Tais ênfases também apontam competências básicas com valor estratégico para a aprendizagem na contemporaneidade:

[...] capacidade reflexiva e crítica; capacidade de solução de problemas; capacidade de adaptação a novas situações; capacidade de selecionar a informação relevante nas áreas de trabalho, cultura e exercício da cidadania, que lhe permite tomar decisões corretas; capacidade de continuar aprendendo em contextos de mudança tecnológica e sociocultural acelerada, com a permanente expansão do conhecimento; capacidade de buscar espaços intermediários de conexão entre conteúdos das várias disciplinas, de modo a realizar projetos que envolvam a aplicação de conhecimentos ou procedimentos próprios de diversas matérias; capacidade de apreciar a leitura e a escrita, o exercício do pensamento e a atividade intelectual, de modo geral. (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008, p. 34).

No **campo educacional**, a formação para os processos produtivos tende a incluir também a produção do conhecimento como elemento constitutivo. A questão que se apresenta é a emergência de uma produção pautada no desenvolvimento intelectual e em relações mais afetivas, que incluam a solidariedade como referência para a criação de oportunidades e distribuição de riquezas. Nesse sentido, a formação para os processos produtivos em quaisquer instâncias tem de levar em conta o quanto seus estudos têm de relevante e de pertinente para a vida em sociedade.

Já no mundo do trabalho, o termo **ocupação profissional** tende a se cristalizar diante dos lugares já definidos no sistema produtivo. Mas levando-se em conta as dinâmicas sociais que determinam as relações de produção, o qualificativo para a ideia de ocupação ganha outros sentidos. Uma vez que as tendências apontam para uma flexibilização cada vez maior para os vínculos trabalhistas e para o fim de garantias relativas ao tempo dedicado ao trabalho, faz-se necessário reconhecer que as concepções de mercado são resultado das mesmas dinâmicas sociais que determinam as relações de produção.

Sendo assim, ocupar um lugar na cadeia produtiva representa bem mais do que capitalizar recursos para desempenhar papéis já determinados. Com as constantes transformações identificadas na sociedade contemporânea, não há mais lugares definitivos em que possamos depositar toda a nossa capacidade de preenchê-los. Preparar-se para enfrentar as dificuldades cada vez maiores de garantir o próprio futuro passa pela ideia de que **processos formativos** contribuam para a cooperação e para espaços de negociação constantes quanto à responsabilidade pelas decisões tomadas.